

A FORMAÇÃO ACADÊMICA DE TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LIBRAS NA PERSPECTIVA HISTÓRICA DAS CONTRIBUIÇÕES DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

The training of Sign Language Interpreters (TILSP) from the historical perspective of the contributions of Brazilian legislation



Renata dos Santos Costa¹

RESUMO

A presente pesquisa qualitativa focaliza as publicações produzidas sobre a formação dos tradutores-intérpretes de Libras ao longo da criação dos documentos legais que colaboraram com políticas públicas e linguísticas (Calvet, 2007) que envolvem a língua de sinais e a língua portuguesa. Foi realizado um levantamento de teses e dissertações sobre essa temática defendidas no período de 1999 a 2023 em plataformas acadêmicas (Bancos de Dados de Teses e Dissertações -BDTD, *Google Acadêmico* e *SciELO*). Constatou-se que, nas últimas duas décadas, se ampliaram largamente as pesquisas e os trabalhos acadêmicos sobre a tradução e a interpretação de Libras e português no país, preponderantemente oriundas das universidades públicas federais localizadas nas regiões Sudeste e Sul do país. A região Nordeste apresenta crescimento mais recente e as regiões Centro-Oeste e Norte ainda precisam de mais investimentos de suas pesquisas.

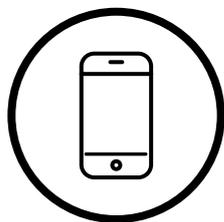
Palavras-chave: Tradutores e Intérpretes de Libras; Formação Acadêmica; Legislação; Teses e Dissertações.

¹ Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; rcosta@ines.gov.br

ABSTRACT

This qualitative research focuses on publications on the training of Libras translators and interpreters during the creation of legal documents that contributed to public and linguistic policies (Calvet, 2007) involving sign language and Portuguese. A survey of theses and dissertations on this topic, defended between 1999 and 2023, was conducted on academic platforms (Thesis and Dissertation Databases - BDTD, Google Scholar, and SciELO). It was found that, in the last two decades, research and academic work on Libras and Portuguese translation and interpretation in Brazil has expanded significantly, predominantly originating from federal public universities located in the Southeast and South regions. The Northeast region has shown more recent growth, and the Central-West and North regions still require further investment in their research.

Keywords: Libras Translators and Interpreters; Academic Training; Legislation; Theses and Dissertations.



**LEIA EM LIBRAS ACESSANDO O
QR CODE AO LADO OU O LINK**
<https://www.youtube.com/watch?v=dhPcMwlcFVc>



Introdução

Ao refletir sobre a realidade do território brasileiro podemos verificar pluralidades culturais, étnicas e linguísticas que são evidentes e se destacam em relação aos países da América Latina. A dimensão de extensão continental do país carrega uma multiplicidade de crenças, valores, identidades e línguas que circulam ativamente nos espaços sociais. Há várias línguas orais e outras línguas de sinais (Vilhalva, 2009; Conceição, 2023) de povos surdos e ouvintes que são utilizadas nas terras do Brasil. As autoras mencionadas indicam que há comunidades linguísticas brasileiras de surdos indígenas e urbanos. A língua portuguesa e a Libras não podem ser vistas como as únicas existentes em razão do maior reconhecimento nos documentos legais (Brasil, 1988; 2002; 2005).

As pessoas bilíngues que se comunicam em Libras e língua portuguesa cada vez mais participam ativamente de espaços sociais de destaque em eventos, formações e diversos lugares da sociedade, sendo fundamental a garantia da acessibilidade linguística para surdos e ouvintes através da tradução e interpretação dos discursos produzidos. Podemos ver em autores da Linguística Aplicada (LA) a defesa do termo *Línguas adicionais* (Leffa, Irala, 2014) justamente por possibilitar o afastamento de uma ordenação numérica de períodos cronológicos de aquisição ou de aprendizagem de idiomas. Os estudos dos pesquisadores Cazden *et al.* (2021) mostram que o ensino de línguas adicionais deve ser visto como um direito humano e educacional de nações e comunidades indígenas, de surdos e de imigrantes.

As pessoas imersas em contextos multilíngues podem utilizar variadas línguas para fins específicos e sem ser possível categorizar a ordem desse uso como Primeira Língua (L1) ou Segunda Língua (L2). As diversas identidades, culturas e línguas presentes em nossas terras potencializam a circulação e a presença de idiomas e de línguas adicionais (Cardoso, 2020) utilizadas em contextos variados por pessoas refugiadas, imigrantes, estrangeiras, povos indígenas, e outros. As interações entre culturas (Candau, 2023; Kelman; Santos, 2020; Canen, 2018, 2012; Hall, 2006) permitem o posicionamento político de combate à disseminação de

preconceitos e de imposições assimétricas que prestigiam um idioma em detrimento de outros que são depreciados por razões históricas e econômicas.

Ao pensar na comunidade surda que é composta por pessoas surdas e ouvintes, o conceito de *línguas de herança* (Quadros, 2017) se torna pertinente na vida de famílias que convivem concomitantemente com as línguas orais e de sinais faladas desde a infância em ambientes familiares. Quadros e Lillo-Martin (2021) mencionam que os surdos filhos de pais surdos são usuários de línguas de herança. Quadros (2017) pontua o exemplo dos CODAS que são ouvintes filhos de pais surdos e que podem aprender simultaneamente uma língua oral e de sinais a depender dos contextos de exposição e imersão linguística em que estejam inseridos. Os autores Berger, Klauck e Oliveira (2021) definem *línguas de herança* em contextos que outras línguas ocupam lugar de prestígio, sendo possível relacionar a temática aos contextos migratórios e aos atributos identitários de resistência e pertencimento.

O Brasil apresenta características multilíngues e multiculturais (Candau, 2023; Kelman; Santos, 2020; Ivenicki, 2018; Canen, 2012; Cavalcanti, 1999) que correspondem aos atravessamentos históricos das culturas dos povos originários indígenas e afrodescendentes, além de muitas outras nações de imigrantes e de estrangeiros que demarcam o uso de suas línguas. A acessibilidade linguística é um direito garantido pelas políticas públicas (Calvet, 2007) e pelas políticas linguísticas (Cavalcanti, 1999) que foram conquistadas com muita luta e mobilização. Nesse contexto surge a discussão central que será apresentada nesse artigo a respeito das conquistas recentes envolvendo os Tradutores Intérpretes de Língua de Sinais (TILSP) que precisam de formações específicas para que estejam qualificados para trabalhar e realizar a sua atuação voltada ao público surdo e ouvinte em instituições públicas e privadas.

Os TILSP galgaram visibilidade na área profissional e formativa por meio da legislação do campo (Brasil, 2002; 2005; 2010; 2015; 2023) e da luta e ascensão acadêmica da comunidade surda. Em consequência, esse contexto que está sendo reconfigurado, principalmente na última década, e os espaços no mercado de trabalho estão se ampliando e diversificando. Lemos (2023, p. 73) esclarece que o fortalecimento das associações dos tradutores e intérpretes de línguas de sinais possibilitou as conquistas dos direitos trabalhistas e a criação dos cursos em nível superior voltados para a formação desses trabalhadores em possibilidades diversificadas. Os TILSP precisam de qualificação profissional através de formação inicial e continuada para que os estudos e as pesquisas acadêmicas contribuam na promoção de qualidade da atuação.

Machado (2017) explica que a qualificação profissional dos TILSP está em expansão no Brasil e que a legislação implementada recentemente contribuiu com a acessibilidade de comunicação para a comunidade surda. A autora também salienta que a formação acadêmica oferecida deve ser problematizada para que os cursos trabalhem competências e habilidades específicas nas instituições de Ensino Superior. As capacitações precisam possibilitar trocas de conhecimentos que auxiliem nas escolhas tradutórias e interpretativas com embasamentos teóricos que fundamentem as práticas desenvolvidas nas demandas de trabalho. As experiências práticas e empíricas também podem contribuir com as reflexões sobre as atividades que são múltiplas e complexas e que precisam ser registradas, avaliadas e reconstruídas.

Veremos ao longo do desenvolvimento do artigo a questão central dessa pesquisa que discute a formação dos Tradutores Intérpretes de Língua de Sinais (TILSP) na perspectiva histórica das contribuições da legislação brasileira (Brasil 2005; 2010; 2015; 2023). O objetivo geral envolve analisar pesquisas acadêmicas (Costa, 2024; Rodrigues; Christmann, 2023; Lemos; Carneiro, 2021; Silva, 2020; Santos, 2018; Machado, 2017; Rodrigues; Beer, 2015) que abordam a formação de TILSP distribuídas nas regiões brasileiras. O embasamento teórico enfoca a importância da perspectiva multicultural nos Estudos da Tradução e da Interpretação. A seguir, serão detalhados os documentos legais que trazem relevante contribuição na

capacitação acadêmica e na atuação profissional dos TILSP e dos Tradutores-Intérpretes de Língua de Sinais Educacionais (TILSPE).

1. As contribuições dos documentos legais na formação acadêmica e na atuação profissional dos TILSP

O teor das questões importantes registradas nos documentos legais criados nas últimas três décadas foi garantido através da árdua militância da comunidade surda e de pesquisadores das áreas de linguística, das línguas de sinais, da educação de surdos, entre outras. Alguns autores (Bragança, 2021; Júnior, 2021; Rigo; Oliveira, 2021; Figueiredo, 2018; Favretto; Moretto, 2013) destacam o vasto aparato da legislação brasileira em relação à formação continuada dos profissionais de áreas gerais do mercado de trabalho. Pontuam que a Constituição Brasileira (Brasil, 1988) trouxe incentivo nas capacitações profissionais e que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), assegurou a formação continuada como direito aos profissionais do campo educacional, além de amparar a educação profissional tecnológica e contribuir com o fortalecimento de cursos de educação superior e de nível técnico.

Bragança (2021) explica que o primeiro período de vigência do Plano Nacional de Educação (PNE), de 2001 a 2014, definiu as metas específicas sobre o direito à formação continuada. A autora esclarece que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (Brasil, 2015) também deram destaque aos cursos de licenciatura e de formação continuada. Os professores e intérpretes de Libras conseguiram respaldo de formação acadêmica recentemente, após alguns parâmetros legais terem sido criados. Depois da promulgação do Decreto nº 5.626 (Brasil, 2005) que regulamentou a Lei de Libras, ocorreu uma ampliação significativa dos cursos de formação em nível superior para professores de Libras e TILSP. A Libras passou a ser disciplina obrigatória em cursos de licenciaturas e de Fonoaudiologia, além de se tornar disciplina optativa nos cursos gerais de Educação Superior.

A legislação apresenta os parâmetros principais da formação de trabalhadores bilíngues usuários de Libras e português. Anteriormente à regulamentação da Lei dos profissionais TILSP (Brasil, 2010), da Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146 (Brasil, 2015) e da alteração na LDB nº 14.191 (Brasil, 2021) que dispõe sobre a modalidade de educação bilíngue para surdos, os profissionais bilíngues já atuavam respaldados pela Lei de Acessibilidade (Brasil, 2000; 2004) que foi alterada pela Lei nº 13.151 (Brasil, 2019). O contexto das referências legais mencionadas também apresenta diretrizes relacionadas a Libras, à formação e à atuação dos profissionais bilíngues que trabalham com a Libras e a Língua Portuguesa.

As políticas públicas e linguísticas necessitam ser planejadas e implementadas para que atendam às reivindicações dos grupos sociais por meio da efetivação de práticas concretas (Calvet, 2007). Apenas após a oficialização da Lei de Libras nº 10.436 (Brasil, 2002), os cursos de Libras foram sendo expandidos largamente em diferentes instituições de ensino, associações e federações de surdos e intérpretes. O documento reconheceu a Libras como meio de expressão e comunicação de pessoas surdas que optam por essa língua e enfatiza que a língua de sinais não substitui a modalidade escrita da língua portuguesa dos surdos que sinalizam. Portanto, os espaços sociais, os veículos midiáticos e de telecomunicações passaram a ser cobrados a realizarem os ajustes e as adequações das determinações dos documentos legais em prol da defesa da acessibilidade linguística para surdos.

O Decreto de regulamentação da Lei de Libras (Brasil, 2005) detalhou e apresentou uma alternativa específica de formação inicial e continuada para os profissionais bilíngues que trabalham com a Libras e língua portuguesa. O documento aponta as certificações necessárias para os TILSP, prevendo que os profissionais com Ensino Médio deveriam investir em

cursos de Educação Profissional, de extensão universitária ou de formação continuada, que tivessem reconhecimento pelo Ministério da Educação (MEC). Outrossim, indica o curso de Letras-Libras como padronização da formação inicial ideal para professores e intérpretes de Libras em nível superior.

Em 2025, o Decreto 5626 está completando 20 anos e precisa ser lembrado e estudado, pois estabeleceu diretrizes aos trabalhadores do ensino e da tradução da língua de sinais brasileira, que abrange instrutores, professores, intérpretes e tradutores. Igualmente, delimitou as diretrizes para a formação de profissionais bacharéis em tradução e interpretação de Libras - língua portuguesa ou em Letras, recebendo habilitação em tradução e interpretação. Ademais, o documento caracteriza a atuação de bacharéis em outras áreas mediante o Exame Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino e/ou em Tradução e Interpretação da Libras (PROLIBRAS) e/ou diplomas de cursos de extensão, formação continuada ou especialização, a depender dos requisitos solicitados pelos concursos, contratos e processos seletivos.

Belém e Costa (2022) explicaram que um período de dez anos foi demarcado pelo Decreto de regulamentação da Lei de Libras (Brasil, 2005) para que os TILSPs tivessem formação de bacharelado na área de tradução e interpretação. As autoras esclarecem que a primeira edição do Prolibras foi oferecida pela UFSC, em 2006. As últimas edições ficaram ao encargo do INES, a partir de 2010. Contudo, o efetivo funcionamento ocorreu somente a partir de 2013, e foi interrompido na sétima edição em 2015. Possivelmente, a descontinuidade da certificação deixou uma lacuna na comprovação de habilitação dos TILSPs para o mercado de trabalho, apesar de não garantirem capacitação e não especificarem as competências e habilidades necessárias para as áreas gerais e específicas que poderiam traduzir e interpretar.

O Prolibras habilitou professores de Libras e TILSP para o mercado de trabalho, até que obtivessem tempo suficiente para se formarem e conseguirem o diploma de graduação para trabalhar. O exame de certificação foi oferecido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e, posteriormente, pelo INES. Santos e Santana (2024) fizeram um levantamento e demonstraram em um quadro o número de profissionais que foram certificados pelo Prolibras, totalizando 4.177 profissionais da tradução e interpretação. A oferta da certificação findou em 2015. Seguem abaixo os dados coletados pelos autores mencionados:

Quadro 1- Número de profissionais certificados pelo Prolibras

Número de profissionais certificados		
Edição/Ano	Nível médio	Nível superior
PROLIBRAS 2006	562 aprovados	178 aprovados
PROLIBRAS 2007	547 aprovados	193 aprovados
PROLIBRAS 2008	601 aprovados	122 aprovados
PROLIBRAS 2009	430 aprovados	92 aprovados
PROLIBRAS 2010	271 aprovados	162 aprovados
PROLIBRAS 2012/2013	242 aprovados	-----
PROLIBRAS 2015	777 aprovados	-----
TOTAL	3430 aprovados	747 aprovados

Fonte: Autores Santos e Santana (2024).

O **quadro 1** acima foi exibido na tese de doutorado da autora desse artigo (Costa, 2024). Santos e Santana (2024), demonstram no quadro um levantamento com as sete edições de Pro-libras, que funcionaram no período de 2006 a 2015. As certificações concedidas atenderam aos candidatos aprovados para atuarem nos níveis médio e superior. Nos espaços com linhas tracejadas estavam os períodos em que as duas edições consecutivas não foram divididas em Nível Médio e em Nível Superior, porque o certificado de nível superior ocorreu até 2010, após esse período ocorreu o veto da formação em Ensino Superior pela lei de regulamentação dos TILSP (Brasil, 2010).

Esses dados mostrados no **quadro 1** são significativos e precisam ser divulgados para que as pessoas que não acompanharam essas movimentações políticas possam refletir e compreender os acontecimentos históricos da época. Porque, somente recentemente aconteceu a nova alteração da lei dos TILSP (Brasil, 2023) que recolocou no documento legal o veto que tinha ocorrido na primeira versão de 2010. A formação básica dos TILSP passou a acompanhar a LBI (Brasil, 2015) e o Decreto de regulamentação da Lei de Libras (Brasil, 2005) cobrando o diploma de ensino superior dos mediadores linguísticos que vão traduzir e interpretar em Libras e português.

Por volta de 20 anos atrás, precedentemente ao Decreto nº 5.626 (Brasil, 2005) eram escassas as propostas de cursos de capacitação formação para intérpretes em universidades do país. Algumas propostas de cursos a nível superior passaram a ser oferecidas em estados brasileiros, da mesma forma que alguns cursos de extensão e cursos livres na área de tradução e de interpretação. No capítulo IV, parágrafo 2º, é detalhada a certificação prevista como formação mínima para os profissionais que trabalham como mediadores linguísticos ao prestarem serviços a pessoas surdas e ouvintes. Além disso, prevê a promoção e criação de cursos de graduação e pós-graduação em tradução e interpretação de Libras e Língua Portuguesa.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é contemplado na formação de professores até mesmo para a tradução e interpretação. O próprio decreto não obstante esclarece que a função do TILSP é diferente do docente, entretanto também demonstra brechas para que professores obtenham o certificado de Prolibras para atuarem na tradução e interpretação. O documento se apresenta controverso, quando orienta os educadores a exercerem as funções de tradução e de interpretação, apesar de definir as diferenças entre os papéis desempenhados nas profissões de intérpretes de Libras e de professor.

No capítulo IV do parágrafo 2º é que aparece o trecho escrito que motiva os professores a buscarem certificação no campo da tradução e interpretação. Esse assunto continua causando controvérsia nos cargos que são vistos com desconfiança e estranhamento nas escolas regulares de Educação Inclusiva. Costa (2017) apresentou na pesquisa de dissertação que nem todos os professores têm perfil ou interesse de atuarem na tradução e interpretação mutuamente. Não é apropriado afirmar que todos os intérpretes que atuam em instituições de ensino similarmente são professores. As problemáticas apontadas foram aprofundadas nas pesquisas de conclusão de cursos da autora deste artigo e podem ser acessadas pelos Bancos de Teses e Dissertações das instituições estudadas (Costa, 2017; 2024).

Na próxima parte desse artigo, veremos a metodologia que foi adotada e a construção dos dados de pesquisa a partir dos resultados obtidos pela investigação teórica dos trabalhos acadêmicos e das teses e dissertações publicadas que foram selecionadas para as análises e reflexões.

2. A perspectiva histórica dos avanços das pesquisas acadêmicas voltadas para os TILSP

A pesquisa desenvolvida nesse artigo é qualitativa (Bortoni-Ricardo, 2008). Nessa parte da investigação veremos os dados quantitativos sobre os conteúdos das publicações produzidas e

selecionadas, que colaboram com políticas públicas e linguísticas (Calvet, 2007) defendidas por autores do campo dos TILSP. O embasamento teórico enfocará a importância dos Estudos da Tradução e da Interpretação.

Foi realizado um levantamento com análises de teses e dissertações defendidas no período de 1999 a 2023. Os trabalhos foram encontrados em plataformas acadêmicas de Bancos de Dados de Teses e Dissertações (BDTD) de universidades do país, no *Google Acadêmico* e na *SciELO*. A metodologia de pesquisa realizada permitiu a categorização dos dados construídos sobre a formação acadêmica dos TILSP através da *Análise de Conteúdo de Bardin* (2011).

Ao adotar alguns descritores específicos foi buscado evidenciar as publicações que destacavam a formação e a atuação de tradutores e de intérpretes em instituições educacionais, em áreas gerais de tradução e de interpretação e as produções oriundas de instituições do país que têm galgado preponderância em capacitações que envolvem o profissional e as demandas de traduzir e interpretar. Alguns autores (Rodrigues, Christmann, 2023; Lemos, Carneiro, 2021; Santos, 2018; Rodrigues, Beer, 2015) realizaram levantamentos de teses e dissertações, principalmente ao longo da última década. A pesquisa mais recente encontrada com mapeamento de teses e dissertações sobre os Estudos da Tradução e da Interpretação das línguas de sinais é de Rodrigues e Christmann (2023).

Em anos anteriores, outros autores (Rodrigues, Christmann, 2023; Lemos, Carneiro, 2021; Santos, 2018; Rodrigues, Beer, 2015) também fizeram levantamentos de teses e dissertações, principalmente nas últimas duas décadas. A maior parte da seleção dos pesquisadores foi em torno de trabalhos de programas específicos de pós-graduações no campo da tradução e da interpretação. A exemplo de Rodrigues e Christmann (2023), que investigaram os anos de 2005 e 2022, a produção de 824 trabalhos, sendo 621 dissertações e 203 teses. Essas pesquisas estavam ligadas a programas brasileiros de Estudos de Tradução (PGET, POSTRAD e POET).

A seguir, serão apresentados os dados da investigação construídos em forma de quadros e gráficos com informações a respeito dos dados qualitativos e quantitativos das pesquisas acadêmicas encontradas.

Quadro 2 - Marcos temporais coletados em pesquisas acadêmicas

MARCOS TEMPORAIS COLETADOS EM PESQUISAS ACADÊMICAS	
EVENTOS BRASILEIROS	PERÍODO
Fundação do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)	1857
Reduzida oferta de atendimento educacional as pessoas surdas	1920
1º Curso Normal Especializado em Educação de Surdos (INES)	1951 a 1957
Curso de aperfeiçoamento de professores no Ensino Primário (INES)	1957 a 1961
1ª Graduação em tradução e interpretação de línguas orais (PUC-RJ)	1968
Criação do Sindicato Nacional dos Tradutores de línguas orais (SINTRA)	1988
Os TILSP conquistaram maior visibilidade em contratos e oportunidades de trabalho	1990
1ª Pesquisa na tradução de língua de sinais	1995
1ª pesquisa na interpretação das línguas de sinais concluída	1999
Formação de intérpretes de conferência de língua inglesa (PUC-SP)	1999
1º Programa dos Estudos da Tradução - PGET (UFSC)	2004
Criação do Departamento de Ensino Superior do INES (DESU)	2006
Criação do Letras Libras: formação de professores de Libras (UFSC)	2006
Criação Federação Brasileira dos TILSP e Guia-Intérpretes (FEBRAPILS) e Associações (APILS)	2008

Curso Letras Libras: bacharelado em tradução e interpretação (UFSC)	2008
1º Congresso: Pesquisas em Tradução\Interpretação de Libras (UFSC)	2008
Seminário Internacional: Pedagogia e Didática da Tradução (UnB)	2016
Curso de Mestrado Profissional do INES em Educação Bilíngue	2018
Especialização em tradução de textos de português para Libras (DESU\INES)	2021

Fonte: Pesquisas acadêmicas de vários autores (Costa, 2024; Rodrigues e Christmann, 2023; Lemos, 2023; Rangel, 2022; Lemos, Carneiro, 2021; Silva, 2020; Santos, 2018; Machado, 2017; Rodrigues, Beer, 2015; Cruz, 2016; Souza, 2010; Pagura, 2003).

Cruz (2016) pontua que o primeiro curso de formação de professores de surdos do país foi Curso Normal Especializado para a Educação de Surdos, no período de 1951 a 1957. De acordo com o autor, uma segunda formação foi de aperfeiçoamento de Professores para o Ensino Primário, de 1957 a 1961. Fundado em 1857, o INES é um instituto secular de ensino e está entre as instituições de maior destaque no país. Ademais, no início do século XX, por volta de 1920, eram poucas as instituições do país com atendimento educacional a pessoas surdas. Rocha (2007), pesquisadora e diretora atual do INES, afirmou que os primeiros professores vieram de institutos de surdos europeus, e foram contratados para manter a proposta de proporcionar trocas entre surdos, docentes e discentes.

No Brasil, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) foi uma das primeiras Instituições de Ensino Superior a oferecer, desde o final da década de 1960, um curso de graduação nessa área. Já a formação em tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais (Libras) iniciou apenas no começo do século XXI, especialmente em instituições privadas, conforme apontam Pagura (2003) e Silva (2020). Os autores ressaltam que, durante o século XX, a interpretação alcançou status de profissão e foi institucionalizada por órgãos e associações de classes nas universidades (Silva, 2020). Também foram criados programas de formação para tradutores e intérpretes e, em 1999, a PUC de São Paulo criou o curso de formação de intérpretes de conferência em língua inglesa (Pagura, 2003). Houve uma movimentação enorme da categoria de TILSP, antes da aprovação da Lei de regulamentação, em prol da criação do Sindicato Nacional dos Tradutores (SINTRA).

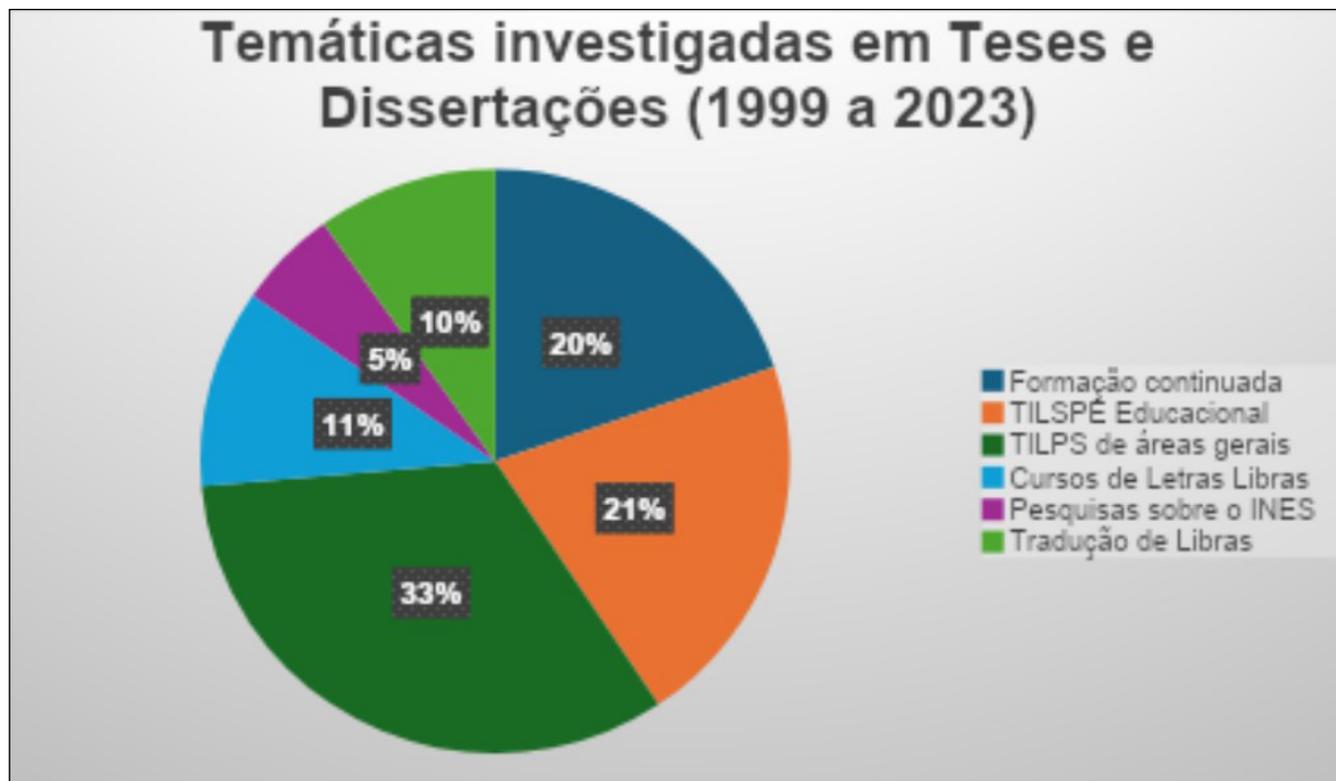
A Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC foi a instituição pioneira que ofertou de modo vasto um grande leque de produções acadêmicas em Libras, voltadas aos profissionais da área de língua de sinais, professores e tradutores intérpretes (Souza, 2010). A UFSC começou a graduação em licenciatura para formação de professores de Libras, em 2006, e o curso de bacharelado para formar tradutores e intérpretes teve a sua primeira turma em 2008. Ambas as formações no curso de Letras-Libras eram disponíveis em polos de ensino em vários estados das cinco regiões brasileiras. Todavia, a primeira turma de estudantes de bacharelado foi convocada a produzir materiais com registros de atividades e avaliações de tradução e interpretação de modo pioneiro e exclusivo (Quadros; Souza, 2008). Tinha o objetivo de abastecer os bancos de dados do próprio curso, que estava em recente andamento, e colaborar com pesquisas futuras e registros de novas possibilidades práticas de produção de conhecimentos e saberes em duas línguas de modalidades distintas.

É possível analisar que o INES é uma instituição secular de grande referência na formação de estudantes surdos e de professores de surdos. O instituto continua sendo a única instituição federal de ensino do país a ofertar ensino exclusivo para surdos na Educação Básica. Por outro lado, também foi uma das instituições pioneiras na oferta

de formação para docentes de surdos, no início do século XX. É perceptível que a Universidade de Santa Catarina foi galgando importante relevância e referência acadêmica em propostas formativas em graduação e pós-graduação para os TILSP. O INES iniciou o atendimento ao Ensino Superior no mesmo período do início do Letras-Libras para a formação de professores de Libras pela UFSC, ofertando formação em pedagogia bilíngue. E recentemente começou a implementar capacitações formais para os TILSP, através de cursos de especialização no campo dos Estudos da Tradução. A UFSC, porém, continua em maior destaque em âmbito acadêmico mantendo largo crescimento na produção de pesquisas, diplomas, eventos e programas de formações de tradutores e de intérpretes já que oferta o bacharelado nessa área. A UnB apareceu, bem recentemente, com eventos e programas que investem na formação de tradutores.

Segue abaixo um gráfico com mais dados pesquisados e investigados.

Gráfico 1 - Temáticas investigadas e quantitativos de trabalhos encontrados



Fonte: Autora do artigo (2025).

As pesquisas que tiveram mais trabalhos publicados foram as direcionadas aos TILSP de áreas gerais, em seguida e quase empatadas aparecem as áreas dos TILSPE que são os mediadores linguísticos do campo educacional e da temática de investigação dos cursos de formação continuada. Essas áreas têm se mostrado mais preponderantes nas produções de teses, dissertações e de trabalhos acadêmicos do país. As áreas que eram do interesse da pesquisadora, mas que tiveram pouco destaque nas pesquisas encontradas foram as de cursos de Letras-Libras, tradução de textos e pesquisas sobre o INES.

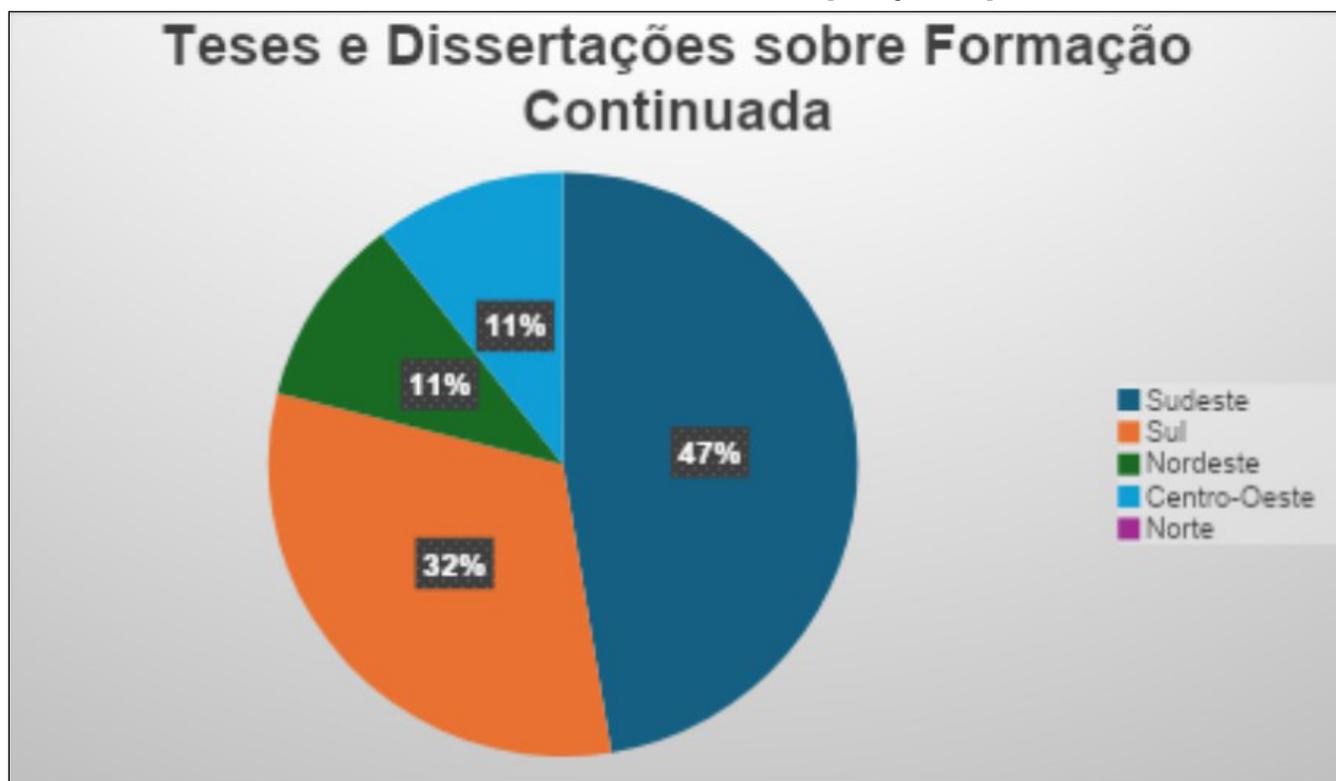
Miguel (2023) pesquisou as percepções e funções dos TILSPEs no Ensino Superior e afirma que há falta de investimento público em programas de pós-graduação sobre temáticas de pesquisas em tradução e interpretação de ambientes educacionais. Apesar disso, ele observou uma expansão na última década, embora ainda precise de

maior ampliação nos estudos. Conforme foi apontado pelo autor, que investigou teses e dissertações sobre o TILSP educacional no Ensino Superior entre o período de 2015 a 2021, a maioria dos trabalhos acadêmicos foram desenvolvidos na área de Educação e da Linguística Aplicada. Logo, ainda há necessidade de ampliação de formações e atualizações para os TILSPs em prol de um atendimento de qualidade à comunidade surda.

As investigações teóricas realizadas reafirmaram que a interpretação e a tradução são processos distintos (Pagura, 2003; Rodrigues, Beer, 2015) e os cursos propostos precisam se posicionar para evidenciar qual atividade laboral será trabalhada - tradução, interpretação ou tradução e interpretação - bem como as áreas específicas que serão contempladas - educacional, médica, cultural, jurídica, midiática, teatral, de conferência, entre outras.

Veremos o segundo gráfico criado para a discussão dos dados construídos.

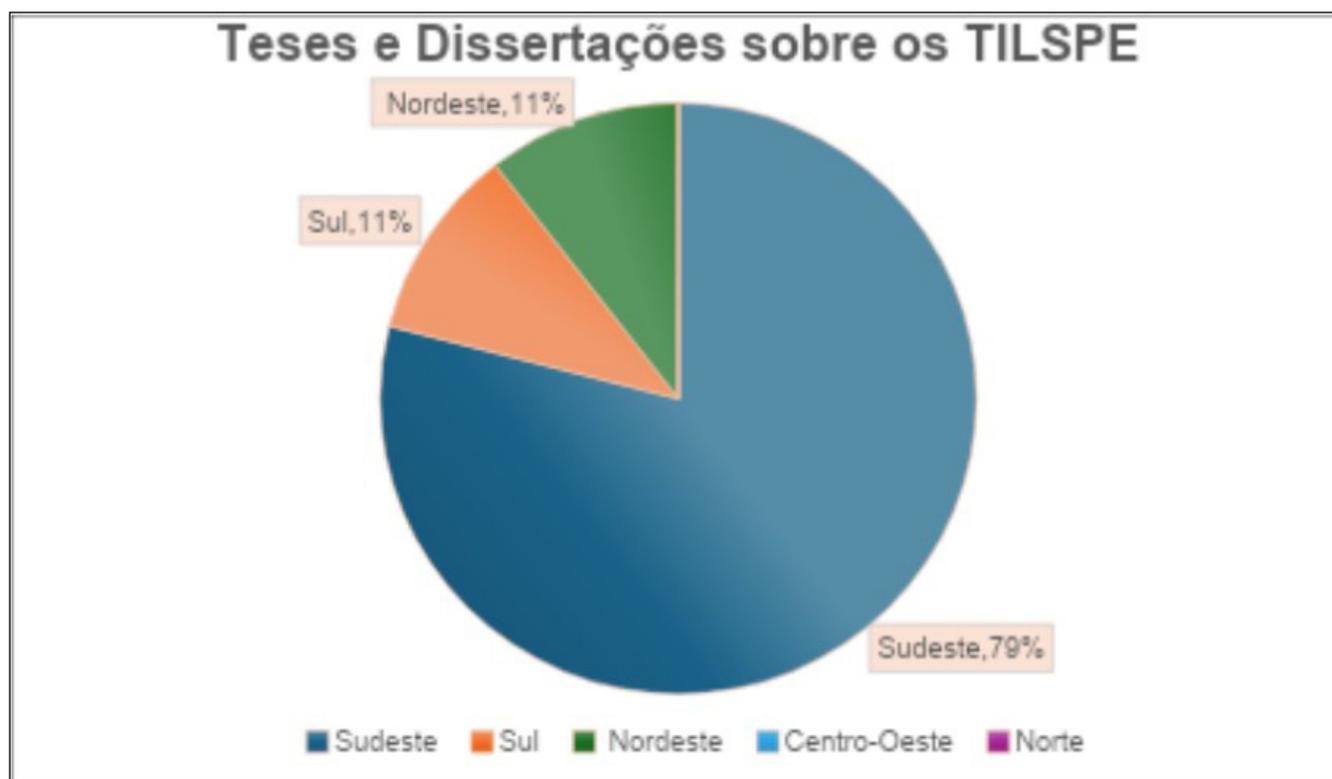
Gráfico 2 - Publicações de teses e dissertações por regiões do país



Fonte: Autora do artigo (2025).

Em relação ao mapeamento das regiões e localidades brasileiras com maior amplitude de ofertas de formação continuada para os TILSPs, a pesquisa constatou que foi expressivo o quantitativo de produções com a temática de formação continuada nas regiões Sudeste e Sul do país. As regiões Nordeste e Centro-Oeste estão em exponente crescimento também, mas ainda produzem bem menos em relação as duas principais que se destacam no país. Não foram encontradas teses e dissertações nas regiões Norte com as temáticas envolvendo a formação dos tradutores e os intérpretes.

A seguir, mais um gráfico corrobora com as discussões realizadas.



Fonte: Autora do artigo (2025).

É interessante observar que mais uma vez a região Sudeste está na frente em relação ao quantitativo de produções, dessa vez, na área dos tradutores e intérpretes educacionais. O fato diferenciado foi a região Sul ter uma enorme discrepância em relação à região Sudeste nessa temática. Esse fato não significa que a região Sul tem produzido menos trabalhos acadêmicos, muito pelo contrário pode evidenciar um desinteresse em pesquisas na área dos TILSPE e uma maior dedicação nas produções de outras áreas dos Estudos da Tradução e da Interpretação.

Grande parte das teses e dissertações defendidas eram oriundas de universidades públicas e de instituições federais. Há muitas discrepâncias em oferecimento de formações nas regiões e estados brasileiros, ofertadas de modo desigual, tendo escassez nas regiões do Norte e Centro-Oeste, em relação às regiões Sul e Sudeste, e a região Nordeste está em ascensão.

Conclusão

Foi constatado que se ampliaram largamente as pesquisas e os trabalhos acadêmicos sobre a tradução e a interpretação de Libras e português no país. As universidades públicas e as instituições federais se destacam com a maior parte das produções acadêmicas. As regiões Sudeste e Sul do país concentram a maioria das teses e dissertações produzidas nas últimas duas décadas, enquanto a região Nordeste está em preponderante ascensão na última década. Contudo, as regiões Centro-Oeste e Norte ainda precisam de maiores investimentos, divulgações e propagações de suas pesquisas.

A região Sul também teve muitas produções e grande destaque em pesquisas sobre os Estudos da tradução e da interpretação. O INES produziu trabalhos sobre as discussões em foco, principalmente no período de 2017 a 2022, segundo os trabalhos

encontrados e selecionados. Ao se tratar de áreas gerais da atuação dos tradutores e intérpretes de Libras, as regiões sudeste e sul estiveram bem equiparadas e com muitas produções nas instituições que fomentaram as formações dos pesquisadores. A UFSC se destaca na área dos Estudos da Tradução com temáticas variadas. A região Nordeste igualmente teve algumas produções relevantes.

As pesquisas foram mais voltadas para programas específicos de pós-graduações voltadas para a tradução e interpretação. E a maioria dos trabalhos encontrados visavam destacar mais a ascensão das pesquisas sobre os Estudos da Tradução das línguas de sinais, ao relataram que os Estudos da Interpretação eram mais recorrentes nas investigações produzidas.

Os contrastes das enormes desigualdades e da ausência de equidade do país, destacando as questões de educação, possibilitou várias reflexões pessoais e profissionais a respeito das conquistas legais conquistas legais com efeitos na carreira e na vida acadêmica. As transformações dos espaços de formação para TILSPs ainda estão em processo de consolidação e de ampliação. O movimento de resistência pode ser propiciado a partir da produção de pesquisas e de narrativas sobre âmbito profissional dos TILSPs. E as maiores titulações e capacitações profissionais têm sido o principal diferencial para alcançar melhores oportunidades de trabalho, portanto os cursos de formação continuada são tão importantes.

As garantias da lei aprovada precisam ser postas em prática na contratação e nas capacitações e formações dos TILSPs (Brasil, 2023). Não se pode permitir que a nova regulamentação legal seja desconsiderada. Quando prezamos pela qualidade da atuação e do ensino, de modo crítico e embasado teoricamente pelas instituições representativas dos profissionais, estamos de fato militando pela comunidade surda. Constantemente, é necessário que os TILSP se articulem ao consultar documentos legais e instâncias superiores. Há de se lutar pelo compromisso de frequente mobilização, pois os pleitos continuam surgindo a partir das demandas e das desigualdades enfrentadas no cotidiano profissional.

O INES, como espaço de referência nacional na área de formação e de capacitação de estudantes e profissionais voltados para a Educação de Surdos e Educação Bilíngue, desempenha um papel importante na construção de capacitação de profissionais há quase dois séculos e até os dias atuais. O instituto de surdos é um lócus renomado de assistência técnica a instituições educacionais dos estados brasileiros e estabelece parcerias com outras instituições.

É preciso refletir até que ponto as relações atuais de trabalho na área da educação de surdos rompem ou propagam as condições desiguais que perpassam por relações sociais, políticas e econômicas. Dessa maneira, essa indagação colabora para a criação de iniciativas políticas e educacionais que vislumbrem as potencialidades das línguas e culturas em interação.

REFERÊNCIAS:

ABARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições Setenta, 2011.

BELÉM, Laura Jane Messias. COSTA, Renata dos Santos. Sobre atuação e formação de tradutores intérpretes de Libras-língua portuguesa educacional na atualidade: reflexões e atualização. Sandro Rodrigues da Fonseca. Vinicius Martins Flores. (org.). **Revista Virtual de Estudos da Linguagem** - REVEL, v. 21, n. 20. ed. especial., nov. 2023.

BELÉM, Laura Jane Messias. COSTA, Renata dos Santos. Formação continuada para tradutores intérpretes educacionais de Libras/português no INES. In: Glauber de Souza Lemos (org.). **Instituto Nacional de Educação de Surdos e os estudos**

da tradução e da interpretação de línguas de sinais: atravessamentos históricos, educacionais e legislativos. Rio de Janeiro: INES, 2022. 362p.

BELÉM, L. J. M. **A atuação do intérprete educacional de Língua Brasileira de Sinais no Ensino Médio.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2010.

BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza. Formação docente na escola e na universidade: contribuições das narrativas (auto) biográficas. **Educação em revista**, Belo Horizonte. v. 37. 2021.

BRASIL. Lei 14.704, altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2023.

BRASIL. **Lei n. 14.191**, de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Brasília, 4 de agosto de 2021. Disponível em www.mec.gov.br. Acesso em 20 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Dispõem sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2005.

BRASIL. Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2002.

BRASIL. Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2000.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CANDAU, Vera Maria. **Cotidiano, Educação e Culturas:** realizações, tensões e novas perspectivas. CANDAU, Vera Maria (org.). Rio de Janeiro: Novamérica, 2023.

CANEN, Ana. A pesquisa multicultural como eixo na formação docente: potenciais para a discussão da diversidade e das diferenças. **Ensaio: aval. pol. Púb. Educ.** Rio de Janeiro, v. 16, n. 59, p. 297-308, abr./jun. 2008.

CANEN, Ana. Currículo e multiculturalismo: reflexões a partir de pesquisas realizadas. In: SANTOS, L.L. de C. P.; FAVACHO, A. M. P. (org.). **Políticas e práticas curriculares: desafios contemporâneos.** Curitiba: Ed. CRV, 2012. p. 237-250.

CARDOSO, Janaína da Silva. Mudanças nas escolhas das estratégias de aprendizagem e no uso de tecnologias digitais na formação inicial de professores de línguas durante a pandemia. In: CARDOSO, Janaína; PINTO, Marcello de Oliveira; CAMPOS, Rodrigo (org.). **Diálogos sobre ensino e aprendizagem de línguas em tempos (pós) pandêmicos.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. p. 23-53.

CARNEIRO, Teresa Dias. Prefácio. In: Glauber de Souza Lemos (org.). **Instituto Nacional de Educação de Surdos e os estudos da tradução e da interpretação de línguas de sinais:** atravessamentos históricos, educacionais e legislativos. Rio de Janeiro: INES, 2022.

CAVALCANTI, Marilda. Estudos Sobre Educação Bilíngue e Escolarização em Contextos de Minorias Linguísticas no Brasil. **D.E.L.T.A.**, v. 15, n. esp., p. 385-417, 1999.

CAZDEN, Courtney *et al.* **Uma pedagogia dos multiletramentos.** Desenhando futuros sociais. Orgs. Ana Elisa Ribeiro e Hércules Tolêdo Corrêa; Trad. Adriana Alves Pinto *et al.* Belo Horizonte: LED, 2021.

CONCEIÇÃO, Josimari dos Santos da. **Análise da língua de sinais Paiter Suruí com base na teoria dos Espaços Mentais.** Dissertação (Mestrado em Letras) - Departamento de Língua Vernáculas, Universidade Federal de Rondônia,

Rondônia, 2023.

COSTA, Renata dos Santos. **O professor intérprete de Libras em uma escola polo do município de Nova Iguaçu.** 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

FAVRETTO, Juliana; MORETTO, Cleide Fátima. Os cursos superiores de tecnologia no contexto de expansão da educação superior no Brasil: a retomada da ênfase na educação profissional. **Educação social**, Campinas, v.34, n. 123, p. 407-424, abr./jun. 2013.

FIGUEIREDO, Keli dos Santos de Aguiar. **A formação do tecnólogo e as concepções de tecnologia presentes nos cursos de graduação tecnológica da instituição UNESC da cidade de Criciúma-SC.** 2018. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, SC, 2018.

IVENICKI, Ana. A educação permanente e a formação continuada docente: questões urgentes para um mundo pós-pandêmico. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.29, n.113, p. 849-856, out./dez. 2021.

IVENICKI, Ana. Multiculturalismo e formação de professores: dimensões, possibilidades e desafios na contemporaneidade. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 100, p. 1.151-1.167, jul/set. 2018.

KELMAN, Celeste Azulay; CASTRO, Mariana Gonçalves Ferreira de. Codocência entre professor regente e TILSP: parceria necessária na educação bilíngue de surdos. **Revista Teias**, v. 24, n. 73, abr/jun, 2023.

LEMONS, Glauber de Souza. **Formação de tradutores de textos escritos em português para textos-vídeos em Libras:** das teorias pedagógicas e didáticas da tradução à concepção de um curso de extensão no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Tese (doutorado) - Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

MIGUEL, Felipe de Oliveira. **Percepções e funções do tradutor-intérprete de Libras e língua portuguesa no ensino superior.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

MACHADO, Flávia Medeiros Álvaro. **Formação e competências de tradutores e intérpretes de língua de sinais em interpretação simultânea de língua portuguesa** - Libras: estudo de caso em câmara de deputados federais. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade de Caxias do Sul em associação ampla UniRitter, 2017.

MARINHO, Eivaldo de Jesus. **A atuação do Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais-Português (TILSP) na educação profissional:** estratégias de tradução e a criação de Sinais-Termo. 2016. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2016.

RANGEL, Jennifer Welte Neves. **O tradutor intérprete de Libras no Curso de Pedagogia Bilíngue do Instituto Nacional de Educação de Surdos:** olhares e vivências, o bilinguismo em pauta. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Bilíngue) - Departamento de Ensino Superior, Instituto Nacional de Educação de Surdos, Rio de Janeiro, 2022.

ROCHA, Solange Maria. **O INES e a educação de surdos no Brasil:** aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos. Rio de Janeiro: MEC, INES, 2007. v. 1.

RODRIGUES, Carlos Henrique. CHRISTMANN, Fernanda. As pesquisas brasileiras sobre tradução e interpretação de línguas de sinais: os ETILS na pós-graduação em Estudos da Tradução. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 43, p. 1-44, 2023.

RODRIGUES, Carlos Henrique. BEER, Hanna. Os Estudos da Tradução e da Interpretação de Línguas de Sinais: novo campo disciplinar emergente? **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 35, n. esp. 2, p. 17-45, jul./dez. 2015.

VILHALVA, Shirley. **Mapeamento das línguas de sinais emergentes:** um estudo sobre as comunidades linguísticas indígenas de Mato Grosso do Sul. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2009.